



No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885)

In the Wolves' Den: Brazil, Africa, and Germany in the Speeches of Baron of Jaurú During the Berlin Conference (1884-1885)

En la cueva de los lobos: Brasil, África y Alemania en los discursos del barón de Jaurú durante la Conferencia de Berlín (1884-1885)

Frederico Antonio Ferreira¹

 [0000-0002-4789-6057](https://orcid.org/0000-0002-4789-6057)

Resumo: Este artigo busca analisar a trajetória de César Sauvan Vianna de Lima (1824-1897), o Barão de Jaurú, e o modo como ele descreveu a Conferência de Berlim entre os anos de 1884 e 1885 e a evolução do imperialismo europeu sobre o continente africano. Por meio da análise crítica dos documentos diplomáticos redigidos por ele, busca-se aqui compreender os eventos que precederam a conferência, suas consequências e os efeitos de suas decisões, tanto para o continente africano, quanto para no Brasil do final do Segundo Reinado. Sua importância está na análise de um recorte que permite melhor perceber o gradual processo de apoio brasileiro à causa colonial europeia.

Palavras-chave: Brasil Império. África. Neocolonialismo.

Abstract: Article seeks to analyze the trajectory of César Sauvan Vianna de Lima (1824-1897), the Baron of Jaurú, and the way he describes the Berlin Conference between 1884 and 1885 and the evolution of European imperialism on the African continent. Through critical analysis of the diplomatic documents written by him, we seek to understand the events that preceded the conference, its development and the effects of his decisions on both the African continent and Brazil at the end of the Second Reign. Its importance lies in being a section that allows us to understand the gradual process of Brazilian support for the European colonial cause.

Keywords: Brazil Empire. Africa. Neocolonialism.

Resumen: El artículo busca analizar la trayectoria de César Sauvan Vianna de Lima (1824-1897), el barón de Jaurú, y la forma en que describe la Conferencia de Berlín entre 1884 y 1885 y la evolución del imperialismo europeo en el continente africano. A través del análisis crítico de los documentos diplomáticos escritos por él, buscamos comprender los acontecimientos que precedieron a la conferencia, su desarrollo y los efectos de sus decisiones tanto en el continente africano como en Brasil al final del Segundo Reinado. Su importancia radica en ser una sección que permite comprender el proceso gradual de apoyo brasileño a la causa colonial europea.

Palabras clave: Imperio Brasil. África. Neocolonialismo.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Arquivista do Arquivo Histórico do Itamaraty – Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Lattes: [9004489267639618](https://lattes.cnpq.br/9004489267639618) - E-mail: arquivistafred@gmail.com.



Em 15 de novembro de 1885 as comitivas das potências convidadas, Grã-Bretanha, França, Império Russo, Império Austro-Húngaro, Império Otomano, Países Baixos, Espanha e Portugal, assim como a Dinamarca, Bélgica, Noruega, Itália e os Estados Unidos se reuniram no palácio da Chancelaria Alemã. A Conferência de Berlim iniciou-se, de modo imponente, em uma tarde de sábado, em que o outono já fazia cair os primeiros flocos de neve sobre a capital alemã (Brunschwig, 1993, p. 78-91). A diplomacia dos grandes impérios desdobrava-se como um jogo de movimentos calculados sob véus de cortesia e elegância. Entre sombras que sussurram e dentes afiados sob sorrisos polidos, respira-se o ar denso da política. Aquele não era um lugar para ingênuos ou para quem acreditasse em palavras desarmadas. Era um covil de lobos onde cada gesto era calculado, cada olhar carregava a frieza da caçada, e cada promessa poderia ser o prelúdio de um abate. Havia poucas chances para as presas.

As relações internacionais tiveram um papel importante, tanto na formação do Estado brasileiro, assim como na construção de sua identidade nacional. A diplomacia, como agente privilegiado na formulação e execução da política externa, ocupou um papel fundamental nesse processo desde antes do rompimento dos laços de dependência com Portugal em 1822. Sua atuação contribuiu fortemente na construção do território brasileiro, no gerenciamento de crise com outros países e principalmente na projeção do país no cenário internacional.

Por outro lado, os diplomatas são denunciados por sua sujeição cultural e econômica às classes dominantes. A imitação de hábitos e políticas estrangeiras, não considerando a realidade social do país, levou a críticas ferozes ao seu mimetismo aos modelos europeus e norte-americanos. A projeção internacional de uma nação moderna, progressista e civilizada à moda europeia, tão do gosto das elites (Sá, 2012, p. 87), muitas vezes não passava de um simulacro. Simbolizando assim a busca por esconder as feridas sociais internas de um país desigual e em desenvolvimento (Barreto, 2004).

Diante desta perspectiva, marcada por luzes e sombras em torno da diplomacia brasileira, este artigo se dedica a analisar a trajetória de César Sauvian Vianna de Lima, o barão de Jaurú (1824-1897). Por meio de seus relatos, opiniões e impressões buscamos analisar um dos fatos mais relevantes da segunda metade do século XIX, a realização da Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 e o que posteriormente ficou conhecido como a Partilha da África. Seu olhar diferenciado sobre o que acontecia na África e na Ásia foi



contraposto, em diversas ocasiões, pelas necessidades imediatas que surgiam no exercício da representação de uma monarquia periférica (Sochaczewski, 2017, p. 45-69), agroexportadora e escravista (Paula, 2012, p. 179-223).

Com mais de quarenta anos de atuação no serviço exterior brasileiro, ele esteve presente em importantes momentos da História da Política Externa Brasileira, ao mesmo tempo que atuou como agente, também influenciou de forma decisiva na formulação do posicionamento político brasileiro. Operou nos países da Bacia do Prata às vésperas da Guerra do Paraguai e na Europa do Sul e Central durante o processo de unificação alemã e italiana. Neste contexto, testemunhou aos desdobramentos da Conferência de Berlim (1884-1885). Foi um dos poucos diplomatas, durante o período monárquico brasileiro, que atuou tanto na América do Sul quanto na Europa. Assim, os relatos do representante do maior país escravista do mundo quanto ao que diz respeito ao imperialismo europeu na África, ajudam a compreender o Neocolonialismo, sob a perspectiva das elites que compunham o núcleo do serviço exterior brasileiro, além das concepções de homem e de mundo predominantes no Brasil nos últimos anos do período monárquico.

Busca-se aqui analisar 37 documentos, emitidos e recebidos por César Saúvan enquanto Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Império do Brasil na capital do Império alemão, entre abril de 1879 e novembro de 1885, relativos às disputas territoriais no continente africano e à Conferência de Berlim. Entre seus interlocutores estão diversos secretários dos negócios estrangeiros do Império. Destacam-se João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe (1815-1889), João da Matta Machado (1850-1881) e Manuel de Souza Dantas (1831-1894). O conjunto documental abordado faz parte do fundo da Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, custodiado pelo Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. Tal corpus documental será analisado como discursos políticos que expressam ideias e conceitos próprios de seu tempo. Sua análise transcende uma abordagem filosófica e conceitual da política e considera a complexa interligação entre o pensamento político dos agentes históricos envolvidos nestes processos, seus diferentes níveis de abstração e variáveis graus de coerência e racionalidade (Pocock, 2013, p. 63-82).

A Conferência de Berlim: o Brasil entre a África e a Europa



François de Callières, diplomata à serviço do rei Luís XIV da França em 1716, enfatizou o quanto a arte de se enviar bons relatórios a um rei era uma das funções principais a serem exercidas por um diplomata. O enviado, segundo ele, deveria se esmerar em representar os fatos “[...] de maneira tão clara e tão verdadeira que o rei ou o ministro que receba os despachos possa conhecer o estado das coisas [...] de maneira tão distinta como se estivesse ele próprio no local” (Callières, 2019, p. 142). As fontes indicam que o barão de Jaurú esforçou-se para adequar-se a esse ditame.

No âmbito do conjunto de observações e análises feitas pelos agentes brasileiros na Europa acerca do neocolonialismo, especificamente quanto a Conferência de Berlim, os argumentos elencados pelo ministro plenipotenciário do império na Alemanha têm lugar de destaque. Ao mesmo tempo que foi um perspicaz analista do projeto colonial alemão, também refletiu sobre seus efeitos no delicado equilíbrio de poder na Europa e seus reflexos no Brasil, um receptor intensivo de migrantes alemães. Contudo, negligenciou a realidade das populações dos diferentes pontos da África e a questão do escravismo no império brasileiro.

A Conferência iniciou-se em uma tarde de sábado, em 15 de novembro de 1885 as comitivas das potências convidadas se reuniram no palácio da Chancelaria Alemã. (Brunschwig, 1993, p. 78-91). Apesar de toda a pompa e circunstância, o representante brasileiro concentrou sua análise em questões diretamente ligadas ao Brasil e seus interesses. A distribuição dos documentos emitidos por ele destinados à sede da Secretaria de Estado no Rio de Janeiro foi irregular, com poucas missivas nos primeiros dias da conferência e muitas no final.

Após quatro sessões da Conferência, o barão de Jaurú enviou as primeiras notícias do encontro para o secretário de Estado e membro do partido liberal, João da Matta Machado. Essas mensagens transmitiam uma ideia de estabilidade e solenidade que teria marcado os primeiros dias do encontro. O enviado brasileiro registrou o discurso do imperador alemão Guilherme I feito na abertura das sessões do *Reichstag* em 20 de novembro daquele mesmo ano (AHI: 202/4/3), onde o *Kaiser* elogiou a receptividade das potências que considerada civilizadas ao convite feito pela Alemanha e o bom andamento das reuniões. De modo mais pragmático, o barão de Jaurú atentou-se aos informes dados acerca das “[...] novas aquisições da Alemanha na África e a exprimir os votos que, faz pela prosperidade futura da indústria e do comércio alemão naquelas paragens” (AHI: 202/04/03).



No mencionado ofício, o barão de Jaurú comentou a delicada posição portuguesa frente aos progressivos avanços belgas. Para ele, assim como para outros diplomatas brasileiros, ao analisar a posição política lusitana, considerou que representava um modelo desgastado e anacrônico, prestes a ser suplantado pelo neocolonialismo próprio do final do século XIX. A delicada situação portuguesa foi ainda agravada pelo fato de o gabinete político regenerador português² ter depositado suas esperanças de manter as possessões na África por intermédio da Grã-Bretanha, uma estratégia que vinha se mostrando equivocada. A não ratificação do tratado anglo-português de 1884 e o reconhecimento do Estado Livre do Congo demonstravam, para Jaurú, o quanto a supremacia britânica era nefasta (AHI: 202/4/3).

Apesar do foco das discussões na última sessão plenária do ano de 1884 ser a escravidão, a atenção do enviado brasileiro estava sobre outro ponto: a evolução da política neocolonial alemã. Em ofício datado de 27 de dezembro de 1884, o barão de Jaurú remeteu para o Secretário de Estado Sousa Dantas algumas publicações acerca do tema (AHI: 202/4/3). Enquanto belgas, portugueses e franceses disputavam áreas da África Centro-Occidental, o governo de Bismarck enfrentava os britânicos no litoral da Namíbia e na Oceania. Essa preocupação com o crescimento do ímpeto imperialista teutônico, antes de ser um assunto alheio ao império brasileiro, estava intrinsecamente ligado ao processo de migração alemã. De modo a tirar proveito das vagas de força de trabalho e capitais que deixavam o país, a política colonial de Berlim, naquele momento, dava sinais de que vincularia possessão territorial à ocupação populacional. Considerando a grande quantidade de emigrantes, especialmente alemães, que entraram no Brasil durante todo o Oitocentos, este era um tema que gerava preocupação (AHI: 202/4/3).

Enquanto as negociações se arrastavam, as delegações, britânica, alemã e francesa intercederam junto aos comissários portugueses argumentando que a perda territorial na foz do rio, seria justificada, pois as aquisições no interior em muito superariam tal prejuízo (AHI: 202/4/3). Assim, poucos dias antes do encerramento da Conferência, Portugal entra em

² Gabinete Regenerador: Gabinete da Regeneração foi um governo liderado por Rodrigo da Fonseca Magalhães em Portugal entre 1851 e 1856. Devido às lutas entre liberais e absolutistas e às crises políticas da Monarquia Constitucional ele representou o início do chamado Período da Regeneração, durante o qual ocorreram tentativas de modernização do país (Birmingham, 2015).



acordo com a Associação Internacional Africana – AIA – e reconhece o Estado Livre do Congo nas configurações propostas (AHI: 202/4/3).

Este sentimento de não-aceitação é bem registrado pelo representante brasileiro em Berlim. Em seu ofício de 27 de janeiro, fez menção à comunicação formal do acordo entre o governo alemão e a AIA, fundadora do Estado Livre do Congo. Enviou para a análise do governo imperial as atas das sessões plenárias anteriores e sobre os debates acerca da escravidão africana. Nelas, o autor seguiu analisando os avanços neocolonialistas alemães e a resistência da delegação portuguesa quanto ao cenário que se configurava próximo ao fim da Conferência (AHI: 202/4/3).

No dia seguinte o barão de Jaurú enviou um de seus mais significativos ofícios. Além de dar notícia quanto ao fim da conferência, alertou sobre os perigos que o princípio da ocupação efetiva de territórios de além-mar por uma potência invasora poderia significar para o império brasileiro "O preceito instituído em Berlim versava, a princípio, sobre as regiões litorâneas. Contudo, tal preceito foi subsequentemente alterado, conforme estipulado no Artigo 35 do Capítulo VI do Ato Geral da Conferência". O referido capítulo denominava-se *Declaração referente às condições essenciais a serem preenchidas para que ocupações novas nas costas do continente africano sejam consideradas como efetivas* (Florentino, 2023, p.42; Teixeira, 1987, p. 692) Tal princípio, se extrapolado poderia significar um perigo potencial a Estados como o Brasil. A partir de então bastava, a uma potência instituir forças administrativas e militares e informar às demais quanto a sua posse que esta era automaticamente reconhecida. Desta forma, as vastidões pouco povoadas da fronteira oeste do Brasil seriam áreas passíveis de serem requeridas por outras potências (AHI: 202/4/3).

Situações como estas evidenciavam que a monarquia brasileira, por mais que buscasse política e socialmente aproximar-se do padrão cultural europeu, encontrava-se em uma situação muito mais próxima do continente africano que dos países consolidados do Velho Mundo no que diz respeito ao questionamento de seus limites territoriais. Neste espírito de apreensão quanto aos desdobramentos surgidos do encontro, em março de 1885, César Sauvan enviou a *Ata Final da Conferência de Berlim* ao secretário de Estado Sousa Dantas. (AHI: 202/4/3).

Dentro do pragmatismo que caracterizava a perspectiva do barão de Jaurú acerca da Conferência, os novos ditames para exercício de posse de colônias e a gradativa



transformação da política alemã quanto a questão colonial eram, segundo ele, fatores aos quais o governo brasileiro deveria empregar maior atenção. Ao abordar os possíveis efeitos da Conferência e seus temas principais sobre o Império do Brasil, Jaurú destacou:

É esse o programma, mas devo dizer que alguns jornaes officiosos da Allemanha e da França pedem que na mesma ocasião seja também uma questão de magna transcendencia a qual, nem mais nem menos, consiste em dar sanção legal a uma inovação do direito publico que seria a negação de um principio introduzido pela civilização, fazendo-nos recuar quatro seculos, isto é, remontar a epocas ainda semi-barbaras! (AHI: 202/4/3).

A *Ata Final da Conferência* acabou assim por consagrar o *Uti Possidetis Iure* como um marco do Direito Internacional. Com ele, estavam invalidados os argumentos dos direitos históricos defendidos por Portugal para algumas áreas do litoral africano. Com isso buscava-se impedir que Estados reivindicassem territórios sob os quais não exercesse qualquer influência real. A partir daí, houve a necessidade de expandir a ocupação efetiva sob regiões no interior do continente, o que levou a definição das Esferas de Influência³ (Portugal, 2025). Um exemplo interessante no caso português foi o estabelecimento de uma residência junto à corte de Gungunhana em Gaza, Moçambique (Liesegang, 1986, p. 12).

Para o barão de Jaurú, um retrocesso que significava contradizer clássicos do Direito Internacional vigente, como Emer de Vattel (1714-1767) e Hugo Grotius (1583-1645), um retrocesso a supremacia da força da conquista efetiva de um território em detrimento do consenso gerado pelas negociações diplomáticas. Apesar das oposições, o princípio do *Uti Possidetis* foi um princípio intensamente utilizado pelos formuladores da política colonial portuguesa e mesmo pelos diplomatas do império brasileiro (Marcelo, 2014, p. 10-11).

Ainda se atendo sobre os possíveis efeitos das determinações da Conferência de Berlim, Jaurú seguiu:

Resumirei as reações que dão os iniciadores dessa idéa para que a esfera de acção da Conferencia não se limite aos tres pontos do programma. Dizem elles o seguinte: É urgente preencher uma lacuna sensível que se nota no direito das gentes, definindo-se o direito de posse. Nos ultimos tempos fizeram-se, muitas anexações só sobre o papel; e assim como o Congresso de Paris de 1856 resolve que os bloqueios devem ser effectivos, terá a Conferencia de Berlim de estabelecer que a posse de um territorio deve ser acompanhada de occupação effectiva (AHI: 202/4/3).

³ Esferas de Influência: refere-se a uma região ou área geopolítica onde um Estado ou organização exerce domínio significativo — seja cultural, econômico, militar ou político — sobre outros territórios ou nações, mesmo sem controle formal direto (Sansone & Furtado, 2014, p. 271-288).



O novo entendimento do direito de posse exarada do *Ato Final da Conferência de Berlim* era a resposta às décadas de anexações territoriais efetivas ou reclamadas, se valendo tanto do direito derivado dos descobrimentos, de tratados firmados com líderes locais, a instalação de feitorias, postos de controle ou entrepostos comerciais. Em pouquíssimos casos a colonização efetiva com assentamento de instituições governamentais e de segurança foi implementada. A partir de então essa necessidade de efetividade passou a ser um fator *sine qua non* para a garantia da posse.

O barão de Jaurú, ainda apegado aos princípios tradicionais que norteavam a política externa dos países europeus até então, não acreditava que princípios supostamente precários como os estabelecidos na Conferência de Berlim alcançassem efetiva aceitação da comunidade internacional. Além disso, reafirmava a vulnerabilidade de quase todos os países americanos quanto a ocupação efetiva de seus territórios.

Não creio a maioria dos Representantes das diversas nações, reunidas na Conferência de Berlim, aceitem semelhante pretensão baseada em doutrina tão subversiva. Se esta prevalecesse e se transformasse em um princípio e direito das gentes, não seria só a Africa o campo de explicações territoriais, mas ellas poderião estender-se a outras partes do globo e em muito maior escala, porque não serião obra de simples aventureiros, como nos tempos passados, e sim de Governos de nações poderosas. Na America, por exemplo poucos são os Estados que tem meios de ocupar effectivamente todo o vasto territorio que lhes pertence, e que chamarei a attenção de V[ossa] Ex[celência] para o facto de ser o 'Temps', considerado jornal officioso do Governo frances, a primeira folha officiosa do Governo frances, que aventou a ideia que acabo de analysar (AHI: 202/4/3).

Para muitos dos Estados recém-emancipados dos antigos impérios ibéricos na América a existência de grandes espaços reconhecidos como nacionais não necessariamente significava transformá-los ou integrá-los por meio do exercício de gestão efetiva de seus Estados. Em alguns casos isso só foi possível posteriormente, já no século XX. Assim, a relação entre território como espaço delimitado, geográfica e administrativamente, e circunscrito por fronteiras e o território efetivamente ocupado ainda era um problema para a maioria dos Estados sul-americanos do final do XIX (Andrade, 2004, p. 19-28).

No caso do império brasileiro, o povoamento era historicamente marcado pela marcha para o oeste e o norte do território, integrando áreas inabitadas ou expropriando povos indígenas que se mantinham total ou parcialmente afastadas do processo de integração nacional. O processo de colonização do território brasileiro foi caracterizado, desde seus primórdios, pela expansão capitalista que empregava grandes quantidades de capitais e que



deveriam ser remunerados à médio e longo prazos; para isso, formas de acumulação primitiva de capital baseada na escravidão foram utilizadas de modo a garantir o retorno dos investimentos iniciais feitos (Furtado, 1986, p. 21-60).

As dificuldades de administração causadas pela grande extensão territorial e dispersão populacional geravam vazios demográficos, principalmente em áreas de fronteira (Andrade, 2004). Era exatamente este contexto fluído da relação entre Estado Nacional, ocupação territorial e fronteiras dentro dos novos ditames propostos pela Conferência de Berlim que preocupava o representante brasileiro na capital alemã. Tal inquietação não era desprovida de bases reais.

Neste sentido, destaca-se que na década de 1880 o império brasileiro estava sendo assolado pelos desdobramentos da tentativa de criação de uma república autônoma no extremo norte da província do Pará – atual Estado do Amapá – promovida por indivíduos de cidadania francesa (Romani, 2009, p. 81-111). A República do Cunani, criada pelos exploradores franceses Jean Guingues e Paul Quartier, até então tidos por aventureiros pelo governo brasileiro, com a participação de diversos grupos locais e o apoio do governo-geral da Guiana Francesa, proclamou a independência da região (Abbal, 2016, p. 85-99). Os idealizadores da República da Guiana Independente, ou como ficou mais conhecida a República do Cunani, não obtiveram do governo de Paris o apoio que necessitavam na criação do “cripto-Estado” e logo passaram o direito de exploração do território para a empresa britânica que tinha entre seus sócios Alexander McDonald (Puyo, 2011, p. 119-144.). Fenômeno semelhante também ocorreu na Patagônia com a tentativa de criação do Reino da Araucânia na década de 1860 (Fondebrider, 2003).

Assim, o alerta do barão de Jaurú acerca dos efeitos da jurisprudência gerada pela Conferência de Berlim consistia numa análise calcada tanto em especulações teóricas, quanto com base na realidade das potências sul-americanas do final do século XIX. Sob essa perspectiva, o império brasileiro estaria muito mais próximo da situação dos países africanos, passíveis de serem invadidos e ocupados de maneira arbitrária, do que da condição das potências neocoloniais europeias.

Para Jaurú, a renúncia aos métodos tradicionais de conquista e reconhecimento de posse de novas terras criaria um perigoso precedente, a ocupação prévia com notificação póstuma do fato. Desta forma uma potência imperialista poderia, por exemplo, ocupar



militarmente uma área, estabelecer uma estrutura administrativa mínima e comunicar aos demais Estados – inclusive aquele que fora alvo da invasão – que tal área havia sido alvo de uma ocupação efetiva.

Para o chefe da Legação Brasileira em Berlim o maior dos prejuízos seria a transformação de iniciativas até então individuais, ou de cunho privado, passarem a ser adotadas de modo sistemático por governos estatais. Importante lembrar que em muitos casos – as expedições de Morton Stanley (1841-1904) e mesmo de Sarvognan Brazza (1852-1905) entre as décadas de 1870 e 1880, por exemplo – eram entendidas por muitos de seus contemporâneos como aventuras e os contratos e acordos firmados por elas com diferentes líderes locais como sendo fruto da iniciativa estritamente pessoal ou de instituições como a Associação Internacional Africana – AIA (M'Bokolo, 2011, p. 424-329).

Diante da corrida das potências imperialistas europeias voltada ao estabelecimento de colônias em áreas fora do domínio de nações consideradas na altura como civilizadas, a realidade vivenciada pela África poderia muito bem voltar-se para os vastos interiores pouco habitados e com fronteiras mal definidas na América do Sul.

Acerca da Conferência em si, havia a crença por parte da diplomacia alemã, britânica e francesa de que o encontro seria de curta duração. As negociações paralelas estabelecidas por personagens como Leopoldo II da Bélgica – que buscava obter o maior número possível de reconhecimentos para seu novo Estado Livre do Congo – davam aos bastidores do evento um caráter tão importante quanto as sessões plenárias (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 203-218).

Houve oito sessões entre novembro e dezembro de 1884 e apenas duas entre janeiro e fevereiro de 1885. As primeiras quatro sessões da conferência realizadas em novembro de 1884 centraram-se em encontrar formas de viabilizar o livre-comércio e a livre-circulação nos grandes rios africanos, a saber: Níger, Senegal, Congo e Zambeze. Os representantes britânicos e franceses admitiram o livre comércio nos dois primeiros fluxos d'água citados, assim como conseguiram das demais delegações o reconhecimento de posse sobre eles (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 219-242).

Ao se iniciar os debates acerca do Congo, delegações como a norte-americana e a belga defendiam áreas cada vez maiores destinadas ao livre-comércio e a livre-circulação. Diante das dificuldades que a geografia do Baixo Congo impunha à navegação entre o Atlântico e a parte alta do rio, este acesso deveria dar-se por áreas contíguas à foz do rio.



Portanto, territórios já controlados, ou ainda apenas reclamadas pelos Estados coloniais português e francês deveriam ser enquadradas nesta área de livre-comércio, o que desencadeou fortes reações da delegação portuguesa e francesa (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 219-242). Este debate acendeu as susceptibilidades nacionais que inflamaram todo o restante do encontro (Brunschwig, 1993, p. 78-91).

Se a criação de uma área de livre-comércio tão vasta já não fosse o suficiente, na sessão de 24 de novembro de 1884 o rei dos belgas propôs, juntamente com o explorador Morton Stanley – que participou do evento como membro técnico da delegação norte-americana – a criação de uma Bacia Geográfica Comercial do Congo, que além das áreas já citadas, envolveria o litoral da África Oriental. Assim, o vale do rio Zambeze, as terras reclamadas por Portugal em Moçambique, assim como o Sultanato de Zanzibar – sob a proteção britânica – fariam parte desta zona de livre-comércio (Wesseling, 2008, p. 83-148). As delegações alemã, francesa, britânica e portuguesa fizeram oposição à proposta (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 219-242).

Apesar do tema na navegação e o livre-comércio serem o mote das discussões nas primeiras sessões do encontro, eles não aparecem nos relatos do barão de Jaurú. Esse desinteresse pode ser entendido pelo fato de o império brasileiro já ter passado por circunstâncias semelhantes quando do debate sobre a liberdade de navegação na bacia amazônica. A liberdade de navegação fora instituída sem que isso significasse um questionamento da posse do território pelo império do Brasil (Cervo, 2008, p. 111-116).

A partir do final de novembro de 1884 as sessões plenárias diminuíram suas atividades e dão lugar a sessões técnicas, mais restritas e que envolviam diretamente as partes interessadas. Tais reuniões tinham como principal função preparar relatórios sobre as questões que não obtivessem consenso para que daí fossem levadas à mesa da conferência geral (Brunschwig, 1993, p. 78-91). Nestas comissões que ocorreram em novembro de 1884 estabeleceu-se que as fronteiras desta zona de livre-comércio na África seriam restritas pela foz do Congo a oeste, até as áreas próximas aos Grandes Lagos. Esta grande área no coração do continente africano seria perpetuamente neutra, gozando das vantagens e obrigações próprias de áreas sob esta condição. Definido esse ponto central do encontro passou-se a debater aspectos tidos como humanitários e relacionados ao progresso civilizatório da região,



como a proteção da atividade missionária e o combate da escravidão (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 83-118).

Estas sessões temáticas, por sua vez, foram o *locus* privilegiado em que o *lobby* da AIA conseguiu obter cada vez mais apoios, tanto para o estabelecimento da zona de livre-comércio, assim como o reconhecimento do Estado Livre do Congo. Enquanto no início da Conferência a Associação só contasse com o apoio dos Estados Unidos, entre novembro e dezembro de 1884 conseguiu também obter o reconhecimento por parte do governo da Alemanha, dos representantes da Grã-Bretanha, da Itália e do Império Austro-Húngaro (Pierantoni, 1901, p. 39-45). Apesar disso, a posse da foz do Zaire eram o ponto de honra da delegação portuguesa na Conferência. Os esforços do marquês de Penafiel (1819-1891) e de Antônio Serpa de Pimental (1825-1900) giravam em torno de fazer valer os direitos históricos de Portugal sobre a região das proximidades da foz do rio Congo, bem como na admissão de validade dos tratados firmados com os reinos locais (Dias, 1998, p. 190-378). A opinião das demais delegações era a de que o referido direito histórico alegado por Portugal não seria maior do que o de outros países lá estabelecidos, logo não seriam determinantes.

Dentro deste contexto das comissões na segunda metade de novembro, César Sauvan enviou mais um ofício à Secretaria em 10 de dezembro de 1884. O principal objetivo do documento era relatar os avanços da AIA e seu Estado Livre, ainda que contrariamente ao pleito português. Neste documento seguiu ainda uma cópia dos termos do ato internacional entre o império alemão e a AIA, onde o primeiro reconhecia a legitimidade da Associação e o Estado Livre do Congo.

A última sessão plenária do ano de 1884 se deu em 18 de dezembro. Com o reconhecimento do Estado Livre do Congo já articulado com a maior parte dos países participantes e a zona de livre-comércio e livre-circulação já delimitadas, abriu-se espaço para outras questões. Um dos focos foi o combate a escravidão. De um lado havia a intenção de tomar medidas concretas no combate, tanto a escravização quanto ao tráfico humano. De outro, posições dúbias com medidas paliativas ou meramente simbólicas (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 83-118).

As medidas para o combate à escravidão variavam entre proibição da exportação de bebidas proposta pelos delegados britânicos – dentro do espírito vitoriano da época – passando pela proibição do uso de chicotes proposta pelos comissários portugueses. De modo



mais efetivo, a delegação espanhola aventou a possibilidade de recriar tribunais mistos que fiscalizassem e julgassem colonos que se utilizassem de força de trabalho escravo, assim como traficantes (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 83-118). A primeira impressão que poderia se ter acerca do tema seria a de que os representantes britânicos fossem os primeiros a defenderem a causa abolicionista. Entretanto, a proteção ao sultão de Zanzibar – conhecido mercador de escravos no Índico – fez com que propostas mais radicais na repressão à escravidão não tivessem êxito (Wesseling, 2008, p. 149-190).

Após uma pausa para as festividades de final de ano, as sessões plenárias foram retomadas em 7 de janeiro de 1885. Apesar da não concordância da delegação francesa e portuguesa em diversos pontos acerca da partição da foz do Zaire e o não reconhecimento do Estado Livre do Congo, outros temas foram sendo colocados em pauta. Entre eles a deliberação sobre os novos paradigmas para o estabelecimento de possessões territoriais na África. Potências que adquirissem novas possessões teriam que possuir estruturas políticas, jurídicas e administrativas instaladas naquela localidade, de modo a garantir o livre-comércio e a livre-circulação. Deste modo, direitos tradicionais ou históricos perdiam seu valor probatório e se consagrava a ocupação efetiva (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 163-178).

Durante a segunda metade do século XIX, parlamentares portugueses recorriam ao direito histórico, fundamentado na narrativa da expansão marítima e ocupação territorial desde o século XV, para justificar a soberania sobre as colônias, especialmente na África, apresentando Portugal como nação pioneira na colonização. Contudo, apesar de ser um pilar da retórica colonial, esse argumento foi frequentemente questionado no próprio Parlamento, sobretudo por deputados com posições anticoloniais ou que evidenciavam a contradição entre a proclamada "missão civilizadora" e as práticas exploratórias. No contexto do século XIX, e em resposta a pressões internacionais como a Conferência de Berlim e a críticas internas, o direito histórico foi adaptado. O legislativo português debateu intensamente se este argumento seria suficiente para legitimar a ocupação efetiva exigida pelas potências europeias, revelando que o direito histórico, especialmente após a perda do Brasil e a crescente necessidade de reafirmar o império africano, serviu mais como um instrumento ideológico do que como uma base jurídica sólida, deixando os deputados oscilando entre o apelo ao sentimentalismo histórico e a urgência de modernizar a administração colonial (Alexandre, 2008, p. 192-207).



Na sequência, se deveria notificar as demais potências para que assim estas pudessem se informar ou protestar acerca de tal fato. Tal notificação deveria vir acompanhada de uma descrição pormenorizada dos territórios recém-ocupados. Essa necessidade de descrição, contudo, dividia os congressistas. Para os norte-americanos e britânicos ela deveria ser válida para as atuais e futuras possessões. Para os membros franceses, áreas sob sua jurisdição deveriam permanecer fora desta exigência. A única unanimidade foi o fato de que apenas as conquistas futuras deveriam atender a essa sistemática (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 203-218).

Nos primeiros dias de janeiro de 1885 a Conferência parecia caminhar para seu fim, ainda que com oposições graves. Todos os acordos territoriais firmados entre as potências em sessões técnicas ou nos bastidores entrariam no texto final da reunião (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 203-218). O reconhecimento da França ao Estado Livre do Congo no fim de fevereiro confirmava esta expectativa, porém a delegação portuguesa seguia insistindo no reconhecimento de seus direitos no Zaire.

Entre os papéis enviados ao Brasil em 21 de fevereiro, o barão de Jaurú remeteu mais documentos relativos às sessões da Conferência e notícia do impasse criado pela delegação portuguesa que retardava o fim do encontro. Ainda segundo os representantes brasileiros em Berlim, a possibilidade de guerra entre belgas ligados a AIA e Portugal não era, naquele momento, descartada.

Essa resistência a um particionamento da foz do rio Congo entre belgas e franceses nas margens ao norte e portugueses na margem sul levou a adoção de medidas extremadas por parte das autoridades coloniais portuguesas. Diante do impasse na capital alemã, o Governo-Geral de Luanda, com o apoio dos comerciantes locais, posicionou navios de guerra na desembocadura do Congo em fevereiro de 1885. Neste ínterim ocuparam as cidades portuárias de Banana e Boma (Wheeler & Péliissier, 2013, p. 101-104). Porém, o destino das coloniais portuguesas na África já havia sido determinado em fevereiro de 1885.

O encerramento da Conferência se deu em 26 de fevereiro de 1885, no mesmo palácio da chancelaria de Berlim onde se iniciou. O primeiro-ministro alemão, Otto von Bismarck, agradeceu a presença de todas as delegações em nome do rei Guilherme I e pediu desculpas por não ter podido participar de mais das sessões plenárias. Além, das formalidades próprias informou ainda aos participantes que o recém-criado Estado Livre do Congo – agora



reconhecido por todas as potências presentes – aderiria às determinações geradas naquela Conferência (Gemeaux & Lorin, 2013, p. 179-202).

Germanofilia e antilusitanismo: o cenário geopolítico europeu

Nos escritos de César Sauvan para a Secretaria de Estado são constantes a atenção especial na defesa do território nacional assim como a perspectiva positiva diante do papel do Império da Alemanha enquanto potência desafiante à supremacia no final do século XIX. Tais posições devem ser entendidas tanto dentro da perspectiva das funções desempenhadas por um chefe de legação, quanto por sua trajetória pessoal e profissional.

O representante brasileiro em Berlim, ao analisar o compute geral da Conferência, exaltou a transformação do posicionamento do Império Alemão quanto ao neocolonialismo. De uma postura distante quanto ao tema, terminou a Conferência de Berlim com colônias em diversos pontos do continente africano. Antes mesmo do envio dos convites para as potências participantes da Conferência, o governo de Bismarck transformou o litoral do atual Togo, na África Ocidental, em protetorado. O mesmo ocorreu com a área atualmente ocupada pelo Camarões, na África Central e no litoral do Sudoeste africano, atual Namíbia (Wesseling, 2008, p. 191-246). No entanto, o grande trunfo do governo de Bismarck foi inserir a política colonial às linhas gerais da política externa alemão do período (Brunschwig, 1993, p. 78-91).

A inserção nos conflitos neocolonialistas da Europa serviu, dentre outras coisas, para aumentar a influência teutônica na política continental e firmar-se como potência desafiante à supremacia britânica. Nas palavras do chefe da legação imperial brasileira, o resultado do embate entre as duas potências europeias foi descrito da seguinte forma:

Época aziága é esta para a Inglaterra. A derrota diplomática que na questão colonial lhe inflingiu a Alemanha coincide com a queda de Khartum e as novas dificuldades que encontra a sua imprevidente política a respeito do Egypto; factos graves que muito prejudicam o prestígio da nação britânica (AHI: 202/4/3).

O fato do governo de Bismarck ter concebido o encontro internacional e assumido a tarefa de realizá-lo, enfrentando a Grã-Bretanha do primeiro-ministro marquês de Salisbury, que tentava fazer valer a exclusividade portuguesa sobre a foz do Zaire, deu a ele a legitimidade para arbitrar conflitos acerca do tema, tirando da Grã-Bretanha esse papel que a supremacia política, econômica e militar lhe conferia.



A invasão do Egito pelos britânicos em 1882, que fora uma das causas da corrida imperialista na África, no início de 1885 tomava contornos incertos. Segundo o representante brasileiro, a derrota das tropas inglesas no Sudão serviu para aumentar a aparente fragilidade do império britânico. Assim como seu poderio era entendido pelo representante brasileiro em Berlim como estando em declínio. Isso se poderia dizer de Portugal, que tinha na Grã-Bretanha uma de suas mais importantes aliadas na Europa. Assim, Jaurú posicionou-se quanto a Portugal e seu império colonial.

Como se não bastasse para os portugueses o prejuízo material que lhes causará o esbulho daquela colônia, ainda lhes cabe em sorte o dissabôr de ouvirem as mais acerbas acusações que os apresentam como privados de toda virtude cívica e incapazes de introduzir a civilização em qualquer paiz. Na imprensa, em conferencias publicas e até no Parlamento inglez (discursos proferidos por Mr. Bright e outros membros da Camara dos Communs na sessão de 3 de abril de 1883) têm sido o povo portuguez e o seu Governo objecto de acres censuras (AHI: 202/4/3, officio de 08/10/1884).

Parafraseando princípios que serão desenvolvidos por outros representantes brasileiros na Europa, o colonialismo português foi representado como atrasado e anacrônico. Diante do processo neocolonial em vigor no final do século XIX, que engajava a posse de novos territórios ao mercado metropolitano e sua produção industrial, uma potência sem fábricas e voltada para reexportação de gêneros agrícolas tropicais ou minérios extraídos de suas colônias representava um contrassenso.

Esta perspectiva vai encontrar eco em análises futuras. Em muitos casos o colonialismo não apenas explorou as colônias, mas também impediu o progresso da própria metrópole portuguesa. Recursos humanos e financeiros foram direcionados para manter o império colonial, em detrimento de investimentos em infraestrutura, educação e saúde em Portugal. Além disso, o regime salazarista, em um futuro não muito distante, utilizaria o colonialismo como ferramenta de legitimação política, perpetuando estruturas autoritárias e conservadoras que atrasaram reformas necessárias para o desenvolvimento nacional (Rato, 1983, p. 1121–1129).

Se a precariedade política e econômica do império colonial português era notória, as críticas a seu protecionismo e a manutenção de práticas escravistas apenas tornavam esses julgamentos mais agudos. Esse estado de coisas, segundo o barão de Jaurú, eram contrários ao avanço da civilização como entendida até então. Importante lembrar que a prática de utilização de trabalhadores locais precariamente remunerados e em condições muito próximas



da escravidão será um método recorrente na África Centro-Occidental, tanto nas colônias portuguesas, quanto em outras, como a belga a francesa, por exemplo (Ajayi, 2010, p. 905-929). Além disso, muitas destas críticas eram reflexo da campanha difamatória promovida por partes da sociedade britânica e dos diretores da AIA, impelidos em pressionar o parlamento britânico a não ratificar o Tratado Anglo-português de 1884 (Jerónimo, 2012, p. 87-117). Assim, o representante brasileiro em Berlim, em uma manifestação pouco vista na correspondência diplomática durante o Segundo Reinado, procurou desvincular o modelo civilizacional adotado no Império do Brasil daquele herdado pela colonização portuguesa.

Pela perspectiva do barão de Jaurú, a Conferência de Berlim (1884-1885) pode ser compreendida dentro da complexa política externa alemã do período bismarckiano. Uma etapa na marcha do império alemão a uma virtual posição de hegemonia no continente europeu. A sua criação na década de 1870, desestabilizou o sistema de equilíbrio de poderes originário do Congresso de Viena de 1815. A radicalização do posicionamento teutônico como potência insatisfeita, desafiante à supremacia britânica levaram a um aumento gradativo da tensão que teve seu ápice na Primeira Guerra Mundial.

A África e os africanos nos relatos do barão de Jaurú

As menções ao continente africano nos ofícios redigidos pelo barão de Jaurú foram, de forma geral, apresentadas dentro do contexto dos avanços europeus, seja o reconhecimento da AIA, ou os as investidas coloniais da França e da Alemanha. Enquanto outros representantes brasileiros na Europa mencionaram as populações africanas enquanto legitimadores das iniciativas europeias ou opositores a estas, para ministro brasileiro em Berlim eram caracterizados como povos sem capacidade de ação.

Em todas às vezes em que foram feitas menções à África ou aos africanos nas correspondências do barão de Jaurú analisadas, são apresentados dentro de contextos intrinsecamente ligados à Europa e as dinâmicas próprias da corrida neocolonialista. Vezes ligados ao estabelecimento de coloniais formadas por alemães e administradas pelo governo de Berlim, vezes aos conflitos com a Grã-Bretanha pela posse de pontos como Angra Pequena, atual Lüderitz, na Namíbia, ou ainda pelos progressos da AIA e a situação portuguesa (AHI: 202/4/3).



O barão de Jaurú adotou uma perspectiva que ganhava força durante o final do século XIX, que consistia em tirar das populações da África Subsaariana sua autodeterminação e personalidade jurídica. Desta forma, se tornava passível de tutela por outros Estados tidos por civilizados. Uma composição que se utilizava dos ideais racialistas⁴ e do evolucionismo cultural⁵ como meio de justificação teórico-científico para a expansão neocolonialista.

O distanciamento original do governo alemão para com a corrida imperialista na África foi dando lugar a um envolvimento cada vez mais intenso nesta disputa. Enquanto premido pelos limites estreitos do sistema continental de Equilíbrio de Poder, o modo de ampliar a vantagem estratégica sobre países como Grã-Bretanha e França seria ampliando sua presença no continente africano (Wesseling, 2008, p. 120-128). Neste contexto, os argumentos do Barão de Jaurú em muito se assemelhava ao ponto de vista do governo de Bismarck quanto a temática.

Dentro desta estratégia de fazer política na Europa se valendo nas posições na África, tem-se a visita do presidente da República de Transvaal à Alemanha em 1883. De modo a confrontar os britânicos, o governo do Chanceler de Ferra recebeu o chefe do Estado Bôer. Formada por uma população que descendia de colonos calvinistas de ascendência holandesa migradas no século XVII, no último quartel do século XIX, e que estavam em luta contra as forças inglesas instaladas o extremo sul do continente. Essa recepção representava um reconhecimento tácito da legitimidade do Estado Bôer.

Acabam de estar em Berlim o Presidente e dois outros membros do Governo da República do Transvaal, os quaes foram recebidos com grande aparato e honras militares, tendo sobretudo causado reparo que elles fossem objecto de atenções especiais e direi mesmo de certas demonstrações de sympathia da parte da Corte do Governo.

Perante Sua Magestade o Imperador ele dice hontem que do mesmo modo que uma criança procura o apoio e a proteção de seus pais tambem o jovem Estado do Transvaal procura e espera obter o apoio e a proteção do sua poderosa mãe-patria e da gloriosa dynastia reinante no Imperio allemão (AHI: 202/4/3).

⁴ Nome dado a um conjunto de teorias pseudocientíficas em uso entre os séculos XVIII e XIX que categorizavam os seres humanos em raças. Segundo essas teorias, tais raças possuíam características biológicas e culturais inatas e imutáveis. Suas premissas foram disseminadas por autores como Arthur Gobineau (1816-1882), Houston Chamberlain (1855-1927) e Madison Grant (1865-1937) (Ericksen & Murphy, 2015, p. 51-63).

⁵ Teoria antropológica surgida no século XIX que procurava explicar as diferentes sociedades humanas por meio de seu nível de desenvolvimento cultural e tecnológico. Partindo de uma premissa de evolução contínua, à semelhança dos princípios propostos por Darwin quanto a Evolução da Espécies, os grupos humanos poderiam ser classificados entre mais simples ou primitivos para as mais complexas ou evoluídas. Autores como Henry Morgan (1818-1881), Edward Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941) foram fundamentais para a difusão destas ideias (Ericksen & Murphy, 2015, p. 51-63).



Parte deste interesse do governo alemão pelo Transvaal e outras áreas no *hinterland* africano, hoje situados ao norte da África do Sul, Zâmbia e Zimbábue, pode ser explicado também pela descoberta de ouro, cobre e diamantes nestas áreas. Assim, o interior do continente, até então fora do foco dos formuladores da política externa europeia, passou a ser considerada com a mesma atenção com que áreas da América e da Oceania (Brunschwig, 1993). Contudo, dentro da perspectiva política, essa visita estava relacionada a vitória do novo Estado sobre as forças britânicas na Primeira Guerra dos Bôers de 1880. Tal conflito forçou o governo britânico a negociar, restaurando a independência do Transvaal. Para consolidar os termos do novo acordo internacional, o presidente Paul Kruger (1825–1904) visitou a Bélgica, Holanda, França, Espanha e por fim a Alemanha. Na capital alemã ele teve encontros privados com Bismarck e foi recebido em um banquete promovido pelo imperador alemão (Wesseling, 2008). Todo o aparato para receber o presidente do Transvaal deve ser entendido dentro desta lógica de disputas entre alemães e britânicos pela supremacia mundial.

Outro ator importante nas transformações da política colonial alemã foi a AIA. Segundo a narrativa do chefe da legação brasileiro em Berlim, o posicionamento governamental acerca da AIA belga mudou de acordo com a própria transformação do pensamento político acerca do neocolonialismo por parte dos formuladores de política externa alemã. Inicialmente havia a indisposição pelo fato desta ser uma organização internacional composta por membros de diversos países. Importante salientar que a figura de um sujeito de Direito Internacional Privado era uma ideia relativamente nova no final do século XIX (Barbosa, 2008).

Outro ponto de desconfiança estava no fato de que a AIA foi concebida e mantida em grande parte pelo rei dos belgas, Leopoldo II (Barbosa, 2008). Isto fica visível quando da exclusão formal da AIA na Conferência de Berlim, que segundo seus organizadores deveria ser composta exclusivamente por Estados, mas sua posterior introdução já na metade do evento (AHI: 202/4/3).

Não obstante, à medida em que os representantes da AIA divulgavam a proposta de criação de uma vasta área de livre-navegação e livre-comércio na Bacia do rio Congo, este posicionamento inicial dos formuladores de política externa alemã foi dando lugar a uma maior aceitação que culminou com o reconhecimento do novo Estado. A proposta de um



novo e vasto país completamente aberto ao comércio internacional, que não cobraria taxas de importação e sobreviveria apenas com as rendas obtidas do imposto sobre a exportação (AHI: 202/4/3), agradou fortemente as grandes empresas das potências industrializadas, especialmente a alemã. O barão de Jaurú narrou essa boa-vontade para com a causa da Associação e seu Estado Livre do seguinte modo:

A condição fundamental que tem angariado a sympathia de toda a Europa, é a que concerne à questão econômica. O commercio de importação ficará isento de todo e qualquer direito ou imposto; a receita do novo Estado provirá apenas da exportação, que se desenvolverá rapidamente por serem numerosos os gêneros de produção do paiz (AHI: 202/4/3).

Em pouco tempo a AIA conseguiu angariar tanto recurso financeiro, quanto o reconhecimento internacional. Para o representante brasileiro a ideia de um país de grande extensão territorial, rico em recursos naturais e povoado por uma infinidade de povos até então alheios ao mercado internacional e que atraiu investimentos de todos os tipos era uma ideia alvissareira. Segundo suas palavras:

[...] despõe naquele ponto da Africa de maiores recursos, em consequencia de ter hoje a sympathia e o apoio moral da Europa, e de ser uma empresa em que estão pecuniariamente empenhados o Rei da Belgica e um grande numero de poderoso banqueiros e capitalistas franceses, ingleses, belgas, alemães, norte-americanos (AHI: 202/4/3).

O entusiasmo com o novo Estado Livre do Congo era tamanho, ao ponto de que o governo alemão não hesitava em secundarizar a política externa com Portugal diante das possibilidades apresentadas pela entidade belga. Jaurú chegou a aventar a possibilidade de que o novo Estado acabasse por invadir as possessões portuguesas, “[...] à vista disso fica Portugal exposto a ultteriores invasões da parte da referida Associação, a qual acha-se em condições mais avantajadas do que ele [...]” (AHI: 202/4/3).

Para o barão de Jaurú até mesmo a elevação de Leopoldo II da Bélgica ao título de “rei do Congo” e fazendo dele suserano de um vasto território, que em muito ultrapassava o belga, não representava um problema diante da potencialidade financeira que o Estado Livre do Congo propiciaria. Baseado na premissa de que a rainha Vitória se tornara imperatriz da Índia em 1867, por uma iniciativa exclusivamente britânica, o imperador da Alemanha também ostentava tal título de modo semelhante, a titulação de Leopoldo II como “rei do Congo” seria apenas uma formalidade (AHI: 202/4/3).



Dentro do contexto das relações entre o Império Alemão e a República Francesa, o barão de Jaurú postulou que a expansão neocolonialista servia como um modo de reaproximar os governos de Berlim e Paris, profundamente separados pela Guerra Franco-Prussiana de 1870. Diante da conquista do vasto território egípcio – que então subscrevia áreas das atuais Líbia, Sudão e Sudão do Sul – pela Grã-Bretanha, os gabinetes do primeiro-ministro francês Jules Ferry e do chefe de governo alemão Otto von Bismarck se reaproximaram (AHI: 202/4/3).

A conquista destes amplos territórios, por um lado ampliavam a supremacia geopolítica britânica no continente africano e por outro colocavam pontos estratégicos do transporte marítimo internacional sob o controle do governo de Londres (M'Bokolo, 2011, p. 445-458). Isso influenciou de modo determinante para que outras potências europeias se lançassem em conquistar e fazer reconhecer suas posses no continente africano (Wesseling, 2008, p. 393-406). Assim, o governo francês, envolto em conflitos neocoloniais no Sudeste da Ásia, na África Austral, Centro-Occidental e do Norte, se aproximaram da Alemanha, de modo a fazer reconhecer tais direitos (AHI: 202/4/3). Assim, segundo Jaurú:

[...] a necessidade de exercer uma pressão sobre a Inglaterra, afim de que esta não ponha em pratica suas vistas ambiciosas a respeito do Egypto e não contrarie a acção franceza no Tonquin, em Madagascar e em Tunis e a acção allemã nas regiões africanas, fez surgir o *trait d'union* que neste momento reune a politica dos Gabinetes de Paris e Berlim e que tanta estupefacção causa em toda a Europa! (AHI: 202/4/3).

Desta forma, atraindo os interesses franceses e belgas e antepondo-se ao projeto colonial português (entendendo nele um títere britânico), o chanceler alemão se utilizou da corrida para a África para acirrar o antagonismo ultramarino entre as potências neocoloniais europeias. A medida que incentiva o avanço colonial francês a antepor-se à Grã-Bretanha – potência a qual a Alemanha buscava questionar a supremacia – enquanto desviava as energias, antes alojadas no revanchismo francês ainda latente graças à Guerra Franco-prussiana, para o além-mar (Saraiva, 2007, p. 77-129).

Assim, César Sauvan reverberou o pensamento em voga no último quartel do século XIX na Europa e mesmo nos Estados Unidos acerca do continente africano e sua gente. A ideia de uma grande área vazia, ausente de cultura e civilização, onde os únicos povos dignos de nota seriam egípcios ou bôeres calvinistas. Tal posição evidencia um movimento próprio de grande parte da intelectualidade brasileira do Segundo Reinado de buscar afastar-se dos



elementos africanos que formavam a identidade nacional e aproximar-se, a todo custo, dos padrões europeus de civilização e progresso. Deste modo, negligenciava-se o agudo dilema entre a escravidão e o abolicionismo que dividia o país na década de 1880 e procurava projetar-se ao lado das nações progressistas e industrializadas do período (Ferreira, 2018, p. 30).

O homem por trás das cartas

Quando se iniciou a Conferência de Berlim em 1884, César Salvan Vianna de Lima já era um sexagenário. Diplomata experiente, com mais de trinta anos de atuação no serviço externo imperial, um dos poucos a servir na América do Sul e Europa. Sua lotação em Berlim tinha uma importância estratégica para o governo imperial brasileiro, a arregimentação de migrantes originários da Europa Central. Monarquista convicto, foi o responsável pela representação brasileira junto ao governo alemão de um império mergulhado em crises políticas e sociais em torno da questão da escravidão e de questionamentos quanto ao próprio regime monárquico.

Nascido na então Província de São Paulo em 1824, era filho de uma família de origem portuguesa, provavelmente abastada. Estudou na Europa e entrou no serviço exterior brasileiro em 1850 (Barão de Vasconcellos & Barão Smith... 1918). Iniciou sua carreira como adido em Viena, no Império Austríaco e depois na Prússia. Em 1853 tornou-se secretário e depois encarregado de negócios interno da legação em Buenos Aires em 1855. Neste período a atuação política do governo do Rio de Janeiro na região do Rio da Prata era intensa, com a intervenção no Uruguai em apoio a Venâncio Flores e o envio de flotilha para o Paraguai, de modo a garantir a livre circulação de embarcações.

De volta a Europa atuou como secretário em Londres em 1855 e foi elevado a Encarregado de Negócios no Reino de Piemonte-Sardenha em fevereiro de 1857 (Relatório 1859). Contexto em que o reino italiano estava mergulhado em disputas em torno da Unificação Italiana (1859-1870).

Já na década seguinte, ele foi novamente designado para retornar ao Rio da Prata, agora como Ministro Residente em Buenos Aires em março de 1864, acumulando o posto de Assunção do Paraguai em agosto deste mesmo ano. Momento em que havia uma escalada da tensão política entre os governos do Rio de Janeiro, Montevideu e Assunção que atravessou



as décadas de 1850 e 1860. Em 1862, Solano Lopez assumiu o poder no Paraguai e adotou uma nova postura frente a atuação brasileira e argentina no Uruguai. Foi durante a gestão de César Sauvan que ocorre o sequestro da embarcação brasileira que transportava o presidente da Província de Mato Grosso e teve início a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Ainda antes do conflito, enquanto ministro brasileiro no Paraguai, intermediou os contatos entre o governo de Assunção e do Rio de Janeiro. A intensa troca de notas diplomáticas e o acirramento da animosidade entre os dois países registrados na documentação diplomática trocada entre ele e o ministro dos exteriores paraguaio, Jose Berges, foi posteriormente publicada em *Documentos oficiais sobre a ruptura das relações entre o governo da República do Paraguai e o Império do Brasil, em consequência da ocupação da mão armada do território da República Oriental do Uruguai por forças brasileiras* em 1864 e *Contraprotesto feito por um brasileiro em resposta ao Sr. Visconde de Jequitinhonha relativo a rendição de Uruguayana* em 1865. Mas, muito além das notas diplomáticas, o ministro brasileiro em Assunção também enviou informações à armada imperial sobre as forças paraguaias. Em novembro de 1864 se retirou da cidade e aparentemente fechou a legação. Chegou à Corte do Rio de Janeiro pelo pacote francês Saintonge em dezembro de 1865 (Doratioto, 2002, p. 121-130).

César Sauvan atuou no período de tensão crescente entre o Império do Brasil e os países da região do Rio da Prata, onde o império desenvolveu uma política de agressiva defesa dos interesses brasileiros na região. Seja durante a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), os avanços e recuos da política externa paraguaia ou as disputas de hegemonia braso-argentina no Uruguai. Sua participação ativa nos pródromos do maior conflito da América do Sul até então fez com que ocupasse um lugar de destaque no serviço exterior brasileiro.

Foi o barão de Jaurú quem recebeu a declaração de guerra do presidente paraguaio Solano Lopes (Barata & Bueno, 2001, p. 1123). Segundo a descrição de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, em seus estudos militares sobre o conflito, a declaração de guerra por parte do Paraguai apresentava causas tão fluídas que o próprio Vianna de Lima não lhe deu crédito:

E essa ameaça foi tão vaga, tão inverossímil a sua manutenção séria por parte do Paraguai, que o próprio ministro residente do Brasil em Assunção, o senhor Viana de Lima, um dos mais experimentados diplomatas brasileiros, não lhe ligou maior



importância, considerando-a simplesmente como non avenue, [...] (Paranhos Júnior, 2012, p. 260).

Essa descrença do barão de Jaurú está relacionada com a descrença brasileira nas reais intenções do presidente paraguaio em iniciar uma guerra com o Brasil pela interferência brasileira na política uruguaia. Contudo, o que é mais surpreendente no relato do barão do Rio Branco foi o elogio à experiência de Vianna de Lima (Paranhos Júnior, 2012, p. 292). Por sua atuação no conflito o imperador dignou-se anos depois a elevá-lo ao baronato. Assim foi nomeado barão de Jaurú em 1873, após o fim da Guerra do Paraguai.

Sua atuação na região do Rio da Prata lhe valeu sua transferência para a Europa Central, onde seria nomeado ministro plenipotenciário, ainda em meio a Guerra do Paraguai (Barata & Bueno, 2001, p. 1123). Ao mesmo tempo que esta região passava pelo longo processo de unificação alemã era uma área de grande importância para a política externa brasileira como dispersora de população para migração, como já destacado.

Vianna de Lima assumiu então o cargo de representante do Império do Brasil em diferentes Estados Alemães – Grão-ducado de Baden, Reino da Baviera, Ducado Hesse e Prússia. Acumulou também a representação junto ao governo Suíço. Concomitante, também atuou junto à Confederação Germânica e posteriormente junto ao Império da Alemanha.

Em 1866, o barão de Jaurú foi nomeado como ministro residente junto ao Império Russo, lá permanecendo até o ano seguinte, quando foi elevado a enviado especial e ministro plenipotenciário em junto ao governo prussiano e consequentemente junto ao Império Alemão unificado. Lá permanecendo até 1890.

O principal tema da agenda entre o Brasil e a Alemanha na segunda metade do século XIX era a migração. Dessa forma, sua atuação tinha como grande objetivo garantir a arregimentação e transporte de migrantes para o império brasileiro (AHI: 202/4/2). Contudo, a intensificação do comércio entre os dois países e o aumento dos investimentos de empresas alemãs no Brasil, ampliaram a pauta de temas entre os governos do Rio de Janeiro e Berlim (Campos, 2004, p. 253-274.). Com o avanço das políticas expansionistas sobre a África e a Oceania, a temática da migração e da aquisição de novos territórios se misturaram no discurso político alemão. Frente a isso, o Brasil que contava com um grande fluxo de populações germânicas e vastas áreas desabitadas, observava a evolução da política migratória teuta com atenção (AHI: 202/4/1).



Aparentemente, a integração de Vianna de Lima à sociedade alemã da segunda metade do século XIX ocorreu sem maiores dificuldades. Acumulou comendas por onde atuou. Foi casado com Grimaneza Montero, de origem peruana (Lima, 1939, p.25-26), e foi pai de vários filhos. Um deles, César Augusto Vianna de Lima, também acabou por entrar no serviço exterior brasileiro⁶. Sua filha Amélia Vianna de Lima (1850 – ?), casou-se com o barão Louis von Seiller, membro da corte austríaca (Barata & Bueno, 2001, p. 1123).

Na esfera política manteve contato com Louis Schnneider (1805-1878)⁷, fundador da Sociedade de História de Berlim e de Potsdam e conselheiro do *Kaiser* Guilherme II (Revista da Semana, 1935), assim como o chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck. Deste contato, o barão de Jaurú viabilizou a viagem do historiador e poeta alemão August Johann Ludolf von Eye (1825-1896), aos assentamentos de imigrantes alemães no Brasil, e a denúncia da situação penosa pela qual passavam os recém-chegados à América. Assim, Vianna de Lima buscava apresentar-se à altura do cargo de preposto do imperador do Brasil (Brümmer, 1904, p. 460-462).

A proximidade com a cultura alemã pôde ajudar a explicar sua adesão à posição daquele país enquanto potência desafiante à Grã-Bretanha, assim como de sua política colonial. Dentro de uma ideia de desenvolvimento industrial induzido pelo governo central, o país em algumas décadas transformou-se de uma constelação de pequenos principados premiados pelas potências circundantes em uma das principais forças militares, econômicas e políticas do continente (Braga, 1999). Esse feito permitiria o desafio à posição de supremacia de britânicos e franceses, tanto na Europa quanto na África.

Por outro lado, a preocupação com a noção de integridade territorial do Império do Brasil, apesar dos graves problemas na definição das fronteiras nacionais no século XIX, podem estar ligadas tanto a sua adesão pessoal ao monarca Pedro II assim como quanto às lições apreendidas em Assunção. A sua não-percepção do ambiente político e da gravidade das ameaças feitas por Solano Lopes em 1864, não impediu que este último mobilizasse suas tropas, sequestrasse a embarcação que transportava o presidente da província de Mato Grosso

⁶ Fez sua formação na Alemanha, tornou-se Doutor em matemática. Atuou em La Paz na Bolívia, Lima no Peru e Lisboa em Portugal entre 1890 e 1892.

⁷ Louis Schnneider vai ser o autor da obra *A Guerra da Triplíce Aliança*, publicado inicialmente na Alemanha em 1872 e posteriormente no Brasil pela Tipografia Garnier em 1902. Obra essa que depois teria uma revisão revista e ampliada de autoria do Barão do Rio Branco e com contribuições de César Augusto Vianna de Lima, filho do Barão de Jaurú (Revista da Semana, 1935).



e invadissem, naquele mesmo ano, a fronteira sudoeste do país. Assim, qualquer ameaça, ainda que distante, deveria ser considerada. Tal premissa fazia sentido ao considerar que a unidade territorial brasileira durante o período monárquico era frágil.

Sendo assim, é importante considerar as bases sobre as quais a monarquia brasileira estava assentada. O Estado Imperial era o amálgama de uma entidade oligárquica pré-nacional. A centralidade política imperial obteve êxito em transformar os domínios portugueses na América do Sul em uma unidade geopolítica, suprimindo iniciativas separatistas ou revolucionárias, e assentando-se na legitimidade de gerir conflitos entre as oligarquias dominantes de cada região e na manutenção da escravidão enquanto instituição legal e prática social. A soberania não estava assentada no povo, mas na unidade em torno do ramo americano da casa real dos Bragança (Magnoli, 1997, p. 88). Assim, ser fiel à pessoa do monarca significava no Brasil de então ser fiel à ideia de nação vigorante.

Um ano após a Proclamação da República, o governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), nomeou como representante brasileiro na capital alemã o jovem Gabriel de Toledo Piza (1851-1925), paulista e membro ativo do Partido Republicano. Ao mesmo tempo decretou a aposentadoria compulsória do barão de Jaurú, após quarenta anos de atuação na capital alemã (Rangel, 1935, p. 209-210).

Houve resistência do governo alemão de conceder o exequátur ao novo representante brasileiro. O argumento do Gabinete de Bismarck foi a necessidade de uma confirmação mais robusta do novo regime em seu real estabelecimento, o que só era possível com a outorga de uma nova carta constitucional (George, 1912, p. 52). Assim, como outros nobres brasileiros após a Proclamação da República em novembro de 1889, o barão de Jaurú solicitou autorização para prosseguir sua vida no Velho Mundo.

César Sauvan Vianna de Lima faleceu em Dresden, Alemanha, em 14 de outubro de 1897 (Torres, 1951, p. 51). Apesar da sofisticação da vida diplomática a qual usufruiu, após sua morte, sua esposa tornou-se dama de companhia da princesa espanhola Eulália de Bourbon (Lima, 1939, p. 25-26) e sua filha Amélia, morando então em Paris, passou a viver da pensão deixada por seu pai (Miranda, 2010, p. 134).

Vianna de Lima foi um diplomata de sua época. Comprometido com a monarquia a qual representava e com os valores e crenças difundidos entre os formuladores e agentes da política externa imperial. Ainda que gozando da supremacia regional, o Império do Brasil era



um país predominantemente agrário, escravocrata, dependente do mercado externo e dos investimentos estrangeiros. Apesar de seus esforços em imprimir uma imagem de um país civilizado e progressista, seguia sendo um império periférico (Sochaczewski, 2017, p. 45-70).

Ao mesmo tempo que o barão de Jaurú se esforçava em mostrar-se condizente com a grandeza e tradição manifestadas pela monarquia brasileira, evidenciava pouco interesse quanto a manutenção do trabalho escravo e alheamento quanto a profunda crise que levou a queda em 1889 da monarquia a qual representava. Tais posições se tornaram manifestas quando de sua análise da Conferência de Berlim (1884-1885).

Neste espírito acompanhou com atenção ao desenrolar da chamada Conferência do Congo, que se popularizaria com o nome Conferência de Berlim (1884-1885), na qual as grandes potências imperialistas da Europa se reuniram de modo a tentar equacionar os desentendimentos acerca de seus projetos coloniais no continente africano. As decisões tomadas ali, além de determinarem o futuro dos impérios coloniais pelas próximas décadas, poderiam afetar países receptores de populações imigradas como o Brasil. Sob este ângulo, os efeitos da chamada Partilha da África não era uma realidade distante à realidade brasileira, mas um risco no qual também estava inserido.

A voz que clama no deserto

Para além das conjunturas específicas da trajetória do barão de Jaurú, assim como dos avanços e recuos da política externa alemã para a África, a expansão do imperialismo naquele continente possui muito mais conexões com o Brasil do Segundo Reinado do que se pode imaginar à primeira vista. Um dos grandes motivos de desentendimento entre as potências europeias estava na posse da região da foz do Rio Congo, na África Centro-Occidental. Prova disto foi o fato de que um dos nomes pela qual a Conferência de Berlim ficou conhecida foi Conferência do Congo (Brunschwig, 1993, p. 78-91; Kissinger, 2012, p. 81-87).

Com o declínio do tráfico negreiro na segunda metade do século XIX e o aumento do chamado Comércio Lícito, às transações comerciais antes com grande presença de negociantes brasileiros foram sendo gradualmente substituídas pela presença de outros agentes econômicos, especialmente franceses, britânicos, holandeses, belgas e portugueses. Mercadorias produzidas por nações industrializadas, substituindo as manufaturas brasileiras ou eliminado a presença de atravessadores brasileiros que revendiam produtos



industrializados. Com isso, a relevância econômica do Brasil na região começou a diminuir. Simultaneamente, o crescimento da presença europeia, impulsionada pela atuação de exploradores, missionários e forças militares, marcou o início da colonização efetiva, reduzindo gradualmente a influência e o espaço de atuação do império sul-americano nessa área (Herlin, 2004, p. 265-287; Pinto, 1972, p. 115-122.; Costa e Silva, 2003, 17-68; Rodrigues, 1964, 203-211).

Mesmo diante deste fato, as missivas do barão de Jaurú não suscitavam entusiasmo nos formuladores da política externa imperial. Quanto aos despachos enviados à Berlim pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros Francisco de Carvalho Soares Brandão, quando informando por Vianna de Lima sobre a intenção alemã de criar colônias em áreas de ocupação de colonos alemães o mesmo Matta Machado afirmou:

Recebi o officio, que V[ossa] S[enhoria] me dirigiu em 18 de abril ultimo sob o nº 3, e fico inteirado da sua comunicação ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas sobre a sociedade que acabada de se formar nessa cidade com o fim de promover a criação de colonias nacionais, dependentes da Allemanha. Renovo a V[ossa] S[enhoria] os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.
[assinatura] (AHI: 203/2/4).

As demais respostas aos outros ofícios não foram muito diferentes desta. A reação dos formuladores de política externa imperial para com as informações que vinham do exterior quanto a Conferência de Berlim (1884-1885) eram erráticas, por vezes, e desconexas. A indiferença para com o tema por parte dos membros do governo no Rio de Janeiro pode demonstrar um alto grau de envolvimento político com os problemas de foro interno, próprio do final do regime monárquico, e um alheamento no que diz respeito à questão externa.

A Secretaria dos Negócios Estrangeiros, no período que compreendeu a Conferência de Berlim, foi liderada por Francisco de Carvalho Soares Brandão, João da Matta Machado e Manuel de Sousa Dantas, todos políticos vinculados ao Partido Liberal. A predominância dessa agremiação no comando da pasta está relacionada ao contexto político da primeira metade da década de 1880, marcado pelo que ficou conhecido como o *II Quinquênio Liberal* (Holanda, 2005, p. 183-210), um momento em que os liberais detiveram maior influência no cenário político brasileiro.

Em maio de 1884, o senador baiano Manuel de Sousa Dantas foi convocado para liderar o sexto ministério liberal desde 1878. Além das metas já estabelecidas pelos gabinetes



anteriores, a questão da escravidão ganhou destaque ainda maior (Javari, 1962). Com o objetivo de levar a cabo o projeto monárquico de uma abolição gradual e controlada, o gabinete de Sousa Dantas apresentou propostas de abolição gradual do trabalho escravo à Câmara dos Deputados. No entanto, essas iniciativas enfrentaram forte oposição, tanto dos conservadores quanto da maior parte dos liberais (Ferraz, 2012, p. 185-186).

Nesse mesmo período, o serviço exterior brasileiro foi confrontado com a intensificação dos debates internacionais sobre a escravidão no Brasil. O império, junto a colônia espanhola de Cuba, e algumas regiões da África e do Oriente Médio eram as únicas áreas do globo onde persistia o uso de trabalho escravo, o que gerava grande constrangimento à diplomacia brasileira. Eram um fator que maculava a imagem de um país que se pretendia progressista e liberal, que o serviço diplomático brasileiro buscava projetar no exterior.

Desta forma, pode-se afirmar que a questão da escravatura era uma questão central do regime monárquico. No entanto, pouco ou nenhum interesse foi demonstrado pelo destino do continente de origem desses escravizados. Assim como para o ministro brasileiro em Berlim a África era o espaço de disputa da geopolítica europeia, para o governo imperial era a área de expansão natural do comércio internacional e mesmo uma zona captação de imigrantes não-negros.

A falta de interesse dos formuladores da política externa brasileira pela Conferência de Berlim (1884-1885) revela insensibilidade em relação aos riscos que as decisões do evento poderiam representar para um país como o Brasil. Os critérios estabelecidos pela Conferência colocavam áreas já disputadas em uma situação ainda mais delicada. Tal iniciativa era particularmente preocupante em regiões como as fronteiras com a Guiana Francesa e a Guiana Britânica, por exemplo, onde as tensões territoriais poderiam se intensificar diante das novas diretrizes internacionais.

Assim, a postura da diplomacia brasileira diante da expansão neocolonialista demonstra uma adaptação ao novo cenário internacional. Os lobos governam com a elegância dos predadores: falavam de lei, mas obedeciam à força; juravam sob o dogma da civilização, mas seguiam o rastro do poder. Entre eles, não havia aliados permanentes, apenas interesses transitórios. Por quase noventa anos de duração do imperialismo na África as regras foram escritas com sangue. Sobreviver foi uma arte e poucos saíram intactos. A política externa brasileira aprendeu rápido a vestir-se de pele de lobo, para não se tornar carne de cordeiro.



Frederico Antonio Ferreira

No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885)

Referências

Abbal, Odon. **Un rêve oublié entre Guyane et Brésil: La République de Counani**. Matoury, Guyane Française: IBIS Rouge Édition, 2016.

AHI: 202/4/2. Berlim. **Ofícios**. 1880-1882. Arquivo Histórico do Itamaraty.

AHI: 202/4/3. Berlim. **Ofícios**. 1883-1885. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Ajayi, J. F. Ade. “Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia”. In: **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.

Alexandre, Valentim. **A Questão Colonial no Parlamento (1821-1910)**. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2008.

Andrade, Manuel Correia de. **A questão de território no Brasil**. 2ª Ed. - São Paulo: Hucitec, 2004.

Barão de Vasconcellos & Barão Smith de Vasconcellos. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro** - Organizado pelo Barão de Vasconcellos fidalgo cavalleiro da Casa Real, comendador de Real da Real Ordem de Isabel, a catholica, socio do Instituto do Ceará, etc. e o Barão Smith de Vasconcellos, Doutor em Medicina, Bacharel em Sciencias e Lettras membro de varias associações históricas, artisticas e scientificas. Lausanne: Imprimerie la Concorde, 1918.

Barata, Carlos Eduardo de Almeida. Bueno, Antônio Henrique Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. Vol. 2. São Paulo: Ibero-América, 2001.

Barbosa, Elaine Senise. Conferência de Berlim (1884-1885). In: Magnoli, Demétrio (Org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 153-176.

Barreto, Lima. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

Birmingham, David. **História concisa de Portugal**. São Paulo: Edipro, 2015.

Braga, José Carlos de Souza. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: Fiori, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 191-221.

Brümmer, Franz, “Eye, August von”. In: **Allgemeine Deutsche Biographie**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1904. p. X-X.

Brunschwig, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo, Perspectiva, 1993.

Callières, François de. **Da maneira de negociar com os Soberanos**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2019 [1716].



Frederico Antonio Ferreira

No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885)

Campos, Pedro Moacyr. “As relações do Brasil com a Alemanha durante o segundo reinado”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. Vol 6 - Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2004. p. 253-274.

Cervo, Amado Luís & Bueno, Clodoaldo. **História da Política exterior do Brasil**. 3ª Ed. - Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

Costa e Silva, Alberto. **Um Rio Chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Dias, Jill. “Angola”. In: Alexandre, Valentim & Dias, Jill. (Coord.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. Vol. X: O Império Africano (1825-1890). Lisboa: Editora Estampa, 1998. p. 190-378.

Doratioto, Francisco Fernando M. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Erickson, Paul A & Murphy, Liam D. **História da teoria antropológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

Ferraz, Sérgio Eduardo. **O império revisitado**: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

Ferreira, Frederico Antonio. **No festim dos lobos**: o Império do Brasil e o colonialismo na África Centro-Occidental (1880-1885). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

Florentino, Luiz Felipe. **Os projetos coloniais de Portugal e a construção das imagens de Gungunhana no exílio (1896–1907)**. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2023.

Florentino, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Fondebrider, Jorge, **Versiónes de la Patagonia**. Buenos Aires: Emecé, 2003.

Furtado, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

Gemeaux, Christine & Lorin, Amaury. **L’Europe coloniale et le grand tournant de la Conférence de Berlin (1884-1885)**. Paris: Le Manuscrit Recherche – Université, 2013.



George Antonio Gonçalves de Araújo. **Ensaio de história diplomática do regime republicano**. Primeira série (1889-1902). Rio de Janeiro: Livraria editora de Jacintho Silva, 1912.

Herlin, Susan J. “Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870”. In: Curto, José C. & Loverjoy, Paul E. **Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of Slavery**. Amherst: Humanit Books, 2004. p. 265-287.

Holanda, Sérgio Buarque. **O Brasil monárquico**. Vol. 7: Do Império à República. 7ª - Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Jerónimo, Miguel Bandeira. **A diplomacia do império: política e religião na partilha da África (1820-1890)**. Lisboa: Edições 70, 2012.

Kissinger, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Liesegang, Gerhard. Vassalagem ou tratado de amizade? História do Acto de Vassalagem de Ngungunyane. **Revista do Arquivo Histórico Nacional**, 1986.

Lima, Grimaneza Montero de Vianna de. **Una peruana en las cortes europeas**. Lima: Imprenta Torres Aguirre, 1939.

Lima, Pedro Henrique de Beaurepaire Rohan. **Archivo nobiliarchico brasileiro**. Lausanne: La Concorde, 1918.

M'Bokolo, Elikia. **África Negra: história e civilização**. Salvador: Edufba /São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

Magnoli, Demétrio. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997.

Marcelo, Cristiane Maria. Território e Nação no Pensamento de Duarte da Ponte Ribeiro. In: I Simpósio Internacional da Sociedade de Estudos dos Oitocentos, 2014, Espírito Santo. Vitória: **Anais do Iº SEO**, p. 01-19, 2014.

Miranda, Oswaldo. **Mongeral Aegon: 175 anos de história**. Rio de Janeiro: Monte Castelo Idéias, 2010.

Paranhos Jr, José Maria da Silva. **Obras do Barão do Rio Branco**. Vol. X: artigos de imprensa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Paula, João Antônio de. “O processo econômico”. In: Carvalho, José Murilo de (Coor.). **A constituição nacional**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223.

Pierantoni, Riccardo. **Le traité de Berlin de 1885 et l'État indépendant du Congo**. Paris: A. Rousseau, 1901.



Frederico Antonio Ferreira

No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885)

Pinto, Francisco Latour da Veiga. **Le Portugal et le Congo au XIX^e siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

Pocock, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

Portugal. **Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros**. Disponível em: [Portal Diplomático](#). Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

Puyo, Jean-Yves, “La République fantasmée de Counani: une histoire digne d’un roman (géographique)”. In: Tresaco, Maria Pilar (Dir.). **Alrededor de la obra de Julio Verne: escribir y describir el mundo en el siglo XIX**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011. p. 119-144.

Rangel, Alberto. **O último conde d'Eu**: Gastão de Orléans. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

Rato, Maria Helena da Cunha. O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional. **Análise Social**, v. 19, n. 77-78-79, p. 1121–1129, 1983.

Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima-quinta legislatura pelo ministro e secretario de Estado Visconde de Caravellas. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1875.

Rodrigues, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. 2^a Ed. Rev. e Aum. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Romani, Carlo. Um eldorado fora de época: a exploração dos recursos naturais no Amapá. **Revista Trajetos**, v. 7, n. 13, p. 81-111, 2009.

Sá, Maria Elisa Noronha. **Civilização e barbárie**: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Sansone, Livio & Furtado, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

Saraiva, José Flávio. **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

Sochaczewski, Monique. **Do Rio de Janeiro a Istambul**: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850–1919) Brasília: FUNAG, 2017.

Teixeira, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, v. 23, n. 98, p. 687–719, 1987.



Frederico Antonio Ferreira

No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885)

Torres, Octavio. **Índice do Dicionário Bibliográfico Brasileiro do Dr. Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake**: por ordem alfabética dos sobrenomes e por Estados, com anexos dos estrangeiros que viveram no Brasil. Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1951.

Wesseling, Hendrik Lodewijk **Dividir para dominar**. A partilha da África 1880-1914. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 2008.

Wheeler, Douglas & Péliissier, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Submetido em: 15 de fevereiro de 2025

Avaliado em: 13 de abril de 2025

Aceito em: 16 de maio de 2025